

ACESSIBILIDADE É MUITO MAIS DO QUE CONSTRUIR UMA RAMPA

Mara Gabrielli

[Índice](#) [Mini currículo dos autores](#)

RESUMO

Divulgar o Desenho Universal - um conceito que tem por objetivo definir produtos e ambientes contemplando a diversidade humana - é o primeiro passo para conquistarmos a tão almejada inclusão social da pessoa com deficiência. Desde que assumi a Secretaria da Pessoa com Deficiência e depois como vereadora da cidade de São Paulo fiz questão de divulgar tanto no que diz respeito ao acesso físico, quanto à própria atitude e a postura de cada um com relação ao tema. Costumo dizer que é fácil construir rampas - para isso basta cimento e pedra. No entanto, fazer com que as pessoas entendam a importância da acessibilidade na vida de outros indivíduos, como um idoso, um anão ou uma pessoa com deficiência física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla é uma questão bem mais complexa, quase pedagógica. Mudar ideias preconcebidas envolve um trabalho de olhar para o outro e suas necessidades – algo que exige poder para tocar a sensibilidade do ser humano - um trabalho quase subjetivo, difícil de ser executado por quem governa apenas sob a ótica prática do desenvolvimento econômico. Quem segrega não inclui. E sem inclusão não há igualdade de direitos. O investimento em acessibilidade é sem sombra de dúvidas o melhor caminho para uma sociedade que respeita a diversidade humana e almeja evoluir em todas as áreas de desenvolvimento social. Por exemplo: a partir do momento em que passamos a entender que uma faculdade deve ser adaptada porque uma pessoa com limitações físicas, sensoriais ou intelectuais possui os mesmos anseios que qualquer outro indivíduo estamos progredindo em vários aspectos: humano, social e econômico (pessoas com deficiência também fazem parte de uma cadeia consumidora). A acessibilidade de espaços e produtos depende também da sua maneira de encarar a necessidade do outro. Uma sociedade justa oferece condições iguais a todos respeitando as diferenças de cada um. Além disso, quando um gestor público passa a trabalhar nesta área, de certa forma, estará avançando em outras políticas públicas, como por exemplo, a educação - pilar de qualquer nação desenvolvida que busca oferecer condições iguais a todos. E, nesse aspecto, as Universidades assumem um papel fundamental. Infelizmente, no Brasil menos de 1% das pessoas com deficiência cursam uma faculdade. Universalizar o ensino é dar acesso às pessoas aos espaços, mas atendendo suas diferentes necessidades. É muito importante entender que quando falamos em acessibilidade, estamos nos referindo ao direito de ir e vir de todo o cidadão. E para todos os lugares, inclusive, às universidades, locais que pelo próprio título que carregam deveriam ser universais, ou seja, acessíveis para todos. Não tenha dúvida de que um dos maiores desafios dos próximos governos será o investimento na educação inclusiva.

Palavras-chave: acessibilidade, inclusão e educação

Em agosto de 2008, o jornalista Mauro Chaves afirmou em um artigo publicado no Jornal O Estado de São Paulo que “a acessibilidade é o instrumento arquitetônico da dignidade”. Se pudesse completar sua reflexão – ao meu ver de extrema inteligência e humanidade – eu diria que, além de nos tornar dignos, acessos nos trazem a felicidade. Afinal, é por meio da acessibilidade que encontramos caminhos para tornar nossa rotina de trabalho, lazer e estudo possíveis. Então, podemos afirmar que sem acessos não temos também a oportunidade de exercermos a nossa cidadania. E sem existir ninguém é feliz.

Costumo dizer que deficiente são as cidades e não as pessoas. Me tomo como exemplo: tenho apenas os movimentos do pescoço para cima, uso cadeira de rodas e preciso de alguém que faça as vezes de meus braços. No entanto, por ter uma excelente estrutura a minha volta - uma boa cadeira, a companhia de uma assistente pessoal, um carro e um motorista, um trabalho que me mantém ativa e produtiva -, pouco lembro da minha deficiência, que é grave. Agora, se uma pessoa que usa muletas improvisadas, por exemplo, mora em uma favela, sem acesso aos serviços de saúde e educação, terá sua deficiência agravada com o tempo e terá poucas chances de conseguir um bom emprego por falta de estudo, por falta de transporte acessível e não simplesmente porque precisa da muleta para caminhar. É a falta de acesso que torna a mobilidade das pessoas deficiente!

Quem viaja para os Estados Unidos, Japão, Canadá ou um outro país de primeiro mundo, entende o quão atrasadas estão as nossas cidades em termos de acessibilidade. No exterior é muito comum encontrar pessoas com deficiência circulando tranquilamente pelas ruas. Embora a porcentagem da população com deficiência seja bem menor que a nossa - cerca de 5% contra os 15% aqui no Brasil – a estrutura da maioria das capitais oferece autonomia e segurança para qualquer cidadão – independente de sua condição física, intelectual ou sensorial.

No Brasil, o exemplo mais representativo de acessibilidade que temos é a Avenida Paulista. Em 2007, depois da reforma que a tornou acessível a qualquer cidadão, a Paulista também tornou-se um exemplo de mobilidade urbana, respeito e inclusão. A troca do mosaico português, um piso sem nivelamento que atrapalhava o passeio de muita gente foi a principal mudança. Este piso antigo foi trocado pelas placas de concreto moldadas in loco, um material que não apresenta desníveis, é liso, antiderrapante e sem nenhum tipo de interferência. Além disso, a reforma também contemplou a acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, com a instalação de pisos podotáteis de alerta e direcional.

Hoje, caminhar pela Paulista é mais confortável, seguro e agradável. Além de acessos, a avenida ganhou 43 floreiras, 1432 gradis de segurança e 194 lixeiras. As travessias de pedestres e os pontos de ônibus também foram ampliados. Toda esta reforma custou R\$ 8 milhões aos cofres da Prefeitura de

São Paulo, o que significa que nós custeamos a transformação da principal avenida do País.

Ferramentas arquitetônicas como as que foram implantadas na Avenida Paulista favorecem não apenas a circulação da pessoa com deficiência, mas a mobilidade urbana de todos os cidadãos. Quando uma administração formula e articula políticas inclusivas de acesso, a cidade se torna um lugar mais agradável para toda a população, que passa a ganhar qualidade de vida, além de ter o privilégio de conviver com o ser humano real: de diferentes formas, tamanhos, cores, capacidades e belezas.

E por falar em beleza, as calçadas são, a meu ver, o cartão postal de uma cidade. O estado dela reflete não só o planejamento urbano do local, mas também a preocupação e o respeito com os seus usuários, ou seja, os moradores e qualquer transeunte que por ventura utilize o nosso passeio público. Além disso, a calçada é o equipamento mais universal de uma cidade. Está envolvida em qualquer deslocamento. O triste é saber que em muitos lugares elas simplesmente não existem. Em outros, são esburacadas, cheias de desníveis, sem nenhuma rampa ou sinalização podotátil que garanta segurança a uma pessoa com deficiência visual.

Embora São Paulo tenha dado um importante passo nesse sentido regulamentando o padrão do passeio público por meio de um decreto (Decreto 45.904/05), ainda encontramos diversas regiões da cidade com calçadas em péssimo estado. O decreto estabelece três divisões na calçada - sendo a do meio totalmente livre de interdições – além de calçamento e pisos adequados.

Além do passeio público, as edificações são outro aspecto importante. Se as pessoas com deficiência saírem às ruas, precisarão tomar algum rumo final. Se esse destino for uma escola, um museu ou um hospital, esperamos que essas pessoas consigam adentrar tais locais por meio de recursos facilitadores para pessoas idosas, obesos, gestantes, mães com carrinhos de bebê e pessoas com deficiência.

Garantir uma cidade acessível é oferecer as mesmas oportunidades a todos os seus moradores, mas de modo a contemplar as diferentes necessidades de cada um. Não adianta reformar a calçada se os ônibus não têm acesso a um cadeirante ou um cego, e vice versa. Garantir acessibilidade é permitir a livre e plena circulação de qualquer pessoa – sem segregações.

Outro fator primordial na mobilidade das grandes cidades é o transporte. São Paulo é, apesar de ainda deficitária nesse assunto, uma cidade inovadora no quesito transporte adaptado. Temos o serviço Atende, que faz o serviço porta-a-porta para pessoas com deficiência física severa, inscritas no sistema que prioriza o atendimento à saúde. Segundo a legislação – Lei 10.098/2000 regulamentada pelo Decreto 5.296/2004 – cem por cento das frotas de ônibus, em todas as cidades do país, deverão estar adaptadas até o ano de 2.014. Dez anos é o prazo natural para a renovação da frota, o que significa que desde 2004 nenhum ônibus novo poderá prescindir de recursos de acessibilidade.

Mas, engana-se quem pensa que o conceito de ‘acessível’ está entrelaçado apenas no que diz respeito à mobilidade. A ideia também se refere a outras esferas, como o acesso à educação e cultura, o trabalho, a saúde e, claro, o lazer. E para garantir que todos os espaços e serviços atendam o ser humano e a diversidade que o circunda temos que recorrer ao conceito do Desenho Universal. Você sabe do que se trata?

Desenho Universal é um conceito que tem por objetivo definir produtos e ambientes, contemplando a diversidade humana: desde as crianças, adultos altos e baixos, anões, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Pare para pensar que a maioria dos espaços, serviços e produtos são projetados para o “homem padrão”. Se você olhar ao seu redor vai perceber que o lugar onde compartilha todas as suas atividades - seja no trabalho, nos estudos, no lazer e até mesmo na sua casa - está preparado para receber plenamente apenas um tipo de pessoa, com uma única forma, como se o ser humano fosse único.

Existe uma discrepância entre as formas que existem de acesso e as formas que cada ser humano tem. Olhe para o anão, o idoso, o obeso, ou uma

criança e perceba as peculiaridades de cada um. Você verá que cada um destes seres humanos têm necessidades diferentes.

Desde que assumi a Secretaria da Pessoa com Deficiência e depois como vereadora fiz questão de divulgar o conceito do Desenho Universal, tanto no que diz respeito ao acesso físico, quanto à própria atitude. Afinal, a acessibilidade de um espaço deve ser compatível com o serviço e o tratamento das pessoas. Temos que conscientizar todos os cidadãos sobre a importância da acessibilidade. Não basta construir rampas. Temos que pregar o respeito à diversidade.

Uma sociedade justa oferece condições iguais a todos, respeitando as diferenças de cada um. Este é o primeiro passo e depende de você. Olhe para o diferente, mas o enxergue de maneira igual! Esta é uma corrente que vem crescendo e depende do desenvolvimento de várias áreas. A começar pela principal, que é a Educação.

Nos últimos anos o Brasil cresceu significativamente em termos de conscientização sobre a importância da acessibilidade, no entanto, o acesso da pessoa com deficiência ao ensino de qualidade ainda é muito restrito. Mesmo hoje, depois de mudanças importantes na legislação, menos de 1% das pessoas com deficiência no Brasil cursam uma faculdade. A educação inclusiva ainda caminha lentamente.

Em um primeiro contato com o tema pode-se pensar que seja simples tornar uma Universidade acessível: bastaria a instalação de rampas nas entradas do local e das salas de aula. Infelizmente, a verdade não é essa. Trata-se de universalizar o ensino, o que requer um suporte adequado ao aluno em todos os espaços. É dever das instituições oferecer ferramentas acessíveis para alunos e também professores cegos, surdos, cadeirantes, obesos ou qualquer outra deficiência ou mobilidade reduzida. Afinal, quando falamos em acessibilidade, estamos nos referindo ao direito de ir e vir de todo o cidadão. E para todos os lugares, inclusive, às universidades, locais que pelo próprio título que carregam deveriam ser universais, ou seja, acessíveis para todos.

Tornar uma instituição acessível não é apenas estruturar o espaço físico, mas também trabalhar outras questões mais subjetivas. Uma delas é a atitudinal, ou seja, a forma como as pessoas irão encarar o assunto. O corpo docente deve estar preparado para lidar com alunos que possuem algum tipo de deficiência. Este preparo por parte da instituição vai refletir na maneira como os alunos também vão lidar com seus colegas com deficiência. A informação em um lugar como a universidade é muito importante para engendrar o respeito e provocar o olhar para o outro.

Universalizar o ensino é igualar as oportunidades das pessoas, tornando-as aptas para tudo, inclusive, ingressar no mercado de trabalho. Hoje, apenas 323 mil de um total de 27 milhões de pessoas com deficiência trabalham com carteira assinada no nosso País. Isso é reflexo da falta de acesso que todas elas sofreram na própria educação base. É por isso que políticas como a da Lei de Cotas surgem com o objetivo de diminuir a desigualdade de oportunidades.

E mesmo assim, contando com políticas inclusivas, encontramos inúmeras dificuldades para praticar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Existem muitos casos de empresas que ajustam sua conduta, abrem as vagas, reformam suas edificações, encontram os candidatos apropriados ao perfil da empresa, mas o trabalhador descobre que não pode chegar até seu posto de trabalho porque as vias públicas não permitem sua circulação ou não há ônibus adaptados à disposição.

Por isso, volto a repetir, a acessibilidade deve ser vista de maneira ampla. Não adianta investir maciçamente em uma área, se não houver investimentos em outras que promovam a infra-estrutura. O que quero dizer é que as ações devem ter uma visão holística. Isso significa que devemos promover políticas reunindo e compondo cada um dos elementos, sempre pensando no todo. Partindo deste raciocínio a saúde também deve integrar as políticas de acessibilidade.

Uma política pública de saúde para as pessoas com deficiência no Brasil deve ter como principal objetivo a redução da incidência de deficiência - dados estatísticos demonstram que em países mais desenvolvidos a incidência é

infinitamente menor. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), dois terços ou mais dos casos de cegueira total são evitáveis, ou seja, podem ser prevenidos ou tratados de modo adequado. Outro exemplo são os acidentes de trânsito e a violência urbana, responsáveis pelo aumento do número de jovens com deficiência física – o que interfere diretamente na capacidade produtiva da Nação.

Outro aspecto envolvendo acessibilidade e saúde é a garantia da atenção integral a esta população na rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) – e não somente nos serviços de reabilitação, mas também nas consultas e serviços rotineiros à disposição de toda a população. Por exemplo: uma pessoa que usa cadeira de rodas não pode ser privada de uma consulta oftalmológica ou ginecológica por falta de acesso físico em ambulatórios, consultórios e salas de exames. Já imaginou as dificuldades que uma mulher com deficiência sofre para fazer um pré-natal ou até mesmo visitar seu ginecologista? Não há equipamentos para este tipo de exame nos postos de saúde, tampouco acesso para gestantes com deficiência. Aqui em São Paulo, o Hospital-Maternidade Vila Nova Cachoeirinha oferece este tipo de atendimento. No entanto, além de tratar-se de uma iniciativa recente, é o único local que o oferece na cidade – e sabe-se lá no País.

Com relação aos tratamentos de reabilitação, o Ministério da Saúde editou, desde 2001, um conjunto de portarias que estabelecem normas e incluem os procedimentos deste tipo no Sistema, regulamentando, inclusive, a concessão de órteses e próteses. Contudo, o acesso aos demais serviços permanece dificultado pela falta de acessibilidade e, muitas vezes, de preparo dos profissionais de saúde. Daí a reivindicação de que todas as faculdades de arquitetura, urbanismo e engenharia tenham uma disciplina obrigatória sobre acessibilidade, respeitando os critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A NBR 9050 está nas Leis Federais que regem este tema e delimitam todas as regras de acessibilidade pelo território nacional. Agora, melhorar as condições de acesso é uma questão muito mais de informação e consciência que de fato legislativa. As pessoas precisam ter conhecimento sobre os mecanismos que garantem acessos. Conhecimento e informação são armas poderosas que ajudam a derrubar barreiras.

Em termos de quebra de paradigmas, conseguimos grandes vitórias. A conscientização sobre a importância da acessibilidade na vida das pessoas

creceu muito no Brasil. O tema ganhou destaque na mídia, principalmente, depois que a maior emissora do Brasil veiculou uma novela no horário nobre com uma protagonista tetraplégica. A imprensa também tem sido uma grande aliada da inclusão. Desde que assumi a Secretaria da Pessoa com Deficiência até hoje lutei para pautar diariamente o tema na imprensa. Posso dizer que presenciei a mudança na conduta da mídia, que passou focar o assunto de uma maneira muito mais informativa que depreciativa - como foi feito durante muitas décadas. Ainda vemos a todo o momento, resquícios dos séculos em que este público foi tratado por políticas assistencialistas que o encarava como um incapaz. Esta concepção equivocada refletia na realidade de muitas pessoas que foram subtraídas do direito de exercer a sua cidadania.

Hoje, podemos dizer que o nosso movimento passou por uma revolução nos últimos anos. Vejo com orgulho que esta concepção está mudando e a visão de que a pessoa com deficiência é coitadinha e incapaz deixou de ser uma crença. Os modelos de pessoas com deficiência bem sucedidas, mesmo ainda tímidos em números, já são grandiosos por si. Izabel Maior, Ricardo Tadeu, Herbert Vianna, Clodoaldo Silva, e outros, já povoam os desejos e sonhos das crianças com deficiência. Somos cerca de 30 milhões de pessoas com deficiência no Brasil e temos nas mãos um forte poder de transformação.

Embora tenhamos avançado e a ratificação da Convenção da ONU comprova isso, ainda falta muito na aplicação prática de seus princípios, determinações e orientações nas políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no Brasil. O esclarecimento da maioria perpassa a maneira como somos designados. Mostrar que somos capazes é um direito nosso. Entender que o tema faz parte da vida do coletivo é dever de uma sociedade democrática. Seja acessível a novas ideias e aprenda a conviver com as diferenças. Os ganhos serão de todos nós.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Mauro. São Paulo Acessível. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. A2, 30 ago. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 1º de dezembro de 2004.

GABRILLI, Mara. Cartilha da Calçada Cidadã. São Paulo, 2010.

GABRILLI, Mara (org). Desenho Universal – um conceito para todos. São Paulo, 2008.

GABRILLI, Mara. Manual de Convivência – pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. São Paulo, 2007.

NBR 9050. Acessibilidade de pessoas com deficiência a edificação, espaço, mobiliário e equipamento urbano, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, 2004.

SÃO PAULO. Decreto nº 45.904, de 19 de maio de 2005.